



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA REALIZADA NO DIA  
31 DE OUTUBRO DE 2019

N.º 23/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.  
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



## SUMÁRIO

Pág.

### I – ORDEM DO DIA

#### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Imposto Municipal sobre Imóveis.....	3
2 – Fixação da Participação Variável no IRS/2020 – Artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.....	7
3 – Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2020.....	9
4 – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. – Mapas de Turnos ARS Norte 2020 – Emissão de Parecer – Ratificação de Despacho.....	16

#### APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

5 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião .....	18
--	----



## I – ORDEM DO DIA

### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### **Imposto Municipal sobre Imóveis**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território Português, constitui receita dos Municípios onde os mesmos se localizam; -----

----- O Executivo Municipal pauta a sua atuação por valores que respeitem e reforcem a coesão social e territorial e se baseia no apoio contínuo às famílias residentes no Concelho; -----

----- O Concelho de Santa Marta de Penaguião deve continuar a dar um sinal de que vale a pena investir e viver num concelho que procura afirmar incessantemente a qualidade de vida dos seus munícipes e apostar no presente para garantir o desenvolvimento futuro; -----

----- O rigor e a transparência na gestão e correta e cuidada aplicação dos “dinheiros” públicos têm constituído os princípios fundamentais da política orçamental prosseguida por este Município; ----

----- Foi neste contexto, e por se entender fazer todo o sentido, que a consolidação do equilíbrio financeiro do Município deve concorrer para a redução da carga fiscal dos contribuintes deste concelho, bem como para a dinamização da sua atividade económica, criando inclusive alguma competitividade fiscal relativamente a municípios vizinhos, que foi aprovada, já em 2013 (no anterior mandato deste Executivo Municipal), a redução, na ordem dos 20% da taxa do imposto municipal sobre imóveis, comparativamente à taxa aplicada nos anos anteriores (no ano de 2012 foi aplicada a taxa de IMI de 0,4%.); -----

----- Não obstante a redução da receita proveniente deste imposto, verificada desde o ano de 2013 como resultado do processo de avaliação geral dos imóveis, e à semelhança dos anos anteriores, fará todo o sentido manter-se o nível da tributação deste imposto, em face da conjuntura económica e financeira nacional. -----

----- Assim, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 112.º do Código do IMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com as suas ulteriores alterações, os Municípios,



mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, ou seja, 0,3% a 0,45% para os prédios urbanos. ----

----- Por outro lado e de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º-A do mesmo Código, os Municípios, podem, ainda, também mediante deliberação do órgão deliberativo, fixar uma redução da taxa do IMI que vigorará no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1 .....	20
2 .....	40
3 ou mais .....	70

----- Os mapas seguintes demonstram as taxas e as deduções aprovadas para os anos de 2015 a 2018 e o valor do imposto municipal sobre imóveis que reverteu a favor dos sujeitos passivos deste imposto naqueles anos, bem como o valor que reverterá para os mesmos sujeitos passivos em 2020. -----

----- No Mapa I demonstra-se que os Penaguienses nos anos de 2015 a 2018 beneficiaram da redução da taxa a aplicar aos prédios urbanos no valor de 958 058,58€ a que corresponde uma percentagem de 62,42%, atingindo no final do ano de 2020 o valor de 1 143 739,90€ e uma percentagem de 62,98%. -----

----- Importa referir que os anos de recebimento por parte do Município correspondem aos anos de cobrança pela Autoridade Tributária e Aduaneira sendo que as liquidações efetuadas por esta entidade e os impostos dizem respeito, respetivamente, aos anos que antecedem. A cobrança da redução do IMI sobre imóveis, atendendo ao número de dependentes do agregado familiar, só passou a ter efeitos a partir do ano de 2016. -----



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 23 de 31 de outubro de 2019 (Reunião Extraordinária)**

Imposto Municipal sobre Imóveis (Prédios Urbanos)					
Ano de Recebimento	Taxas / Valores			Diferença	Obs
	0,3% (*)	0,45%	0,50%		
2015	353 286,16 €		597 462,15 €	-244 175,99 €	
2016	279 404,89 €		474 493,49 €	-195 088,60 €	
2017	303 174,49 €	468 642,28 €		-165 467,79 €	
2018	319 109,36 €	492 822,33 €		-173 712,97 €	
2019	336 209,87 €	515 823,10 €		-179 613,23 €	
<b>Soma</b>	<b>1 591 184,77 €</b>	<b>1 477 287,71 €</b>	<b>1 071 955,64 €</b>	<b>-958 058,58 €</b>	
2020	354 230,72 €	539 912,04 €		-185 681,32 €	a)
<b>Total</b>	<b>1 945 415,49 €</b>	<b>2 017 199,75 €</b>	<b>1 071 955,64 €</b>	<b>-1 143 739,90 €</b>	

(\*) Taxa aprovada pela Assembleia Municipal e valores liquidados pela Autoridade Tributária e Aduaneira

a) Valor estimado tendo em conta a percentagem da variação da liquidação do IMI dos dois anos anteriores

Fonte: Acesso ao Portal das Finanças - Art.º 19.º, n.º 7 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro

----- Da análise do Mapa II, verifica-se que do valor total da liquidação da coleta do IMI de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, cerca de 30,08% (55.740€) constitui apoio municipal aos agregados familiares com dependentes.-

Mapa II - Agregados Familiares com Dependentes - Artigo 122.º-A do Código do IMI						
Ano de Recebimento	N.º dependentes a cargo	N.º de agregados (*)	Redução aprovada	Valor da redução	Colecta IMI (*)	Receita do Município
2016	1	267	10%	-	22 026 €	22 026 €
	2	169	15%	2 856 €	19 039 €	16 183 €
	3	22	20%	364 €	1 820 €	1 456 €
<b>Total</b>				<b>3 220 €</b>	<b>42 885 €</b>	<b>39 665 €</b>
2017	1	261	20 €	5 220 €	19 499 €	14 279 €
	2	166	40 €	6 640 €	15 006 €	8 366 €
	3	22	70 €	1 540 €	1 965 €	425 €
<b>Total</b>				<b>13 400 €</b>	<b>36 470 €</b>	<b>23 070 €</b>
2018	1	262	20 €	5 240 €	18 986 €	13 746 €
	2	149	40 €	5 960 €	13 959 €	7 999 €
	3	26	70 €	1 820 €	2 090 €	270 €
<b>Total</b>				<b>13 020 €</b>	<b>35 035 €</b>	<b>22 015 €</b>
2019	1	258	20 €	5 160 €	18 544 €	13 384 €
	2	146	40 €	5 840 €	14 129 €	8 289 €
	3	32	70 €	2 240 €	2 243 €	3 €
<b>Total</b>				<b>13 240 €</b>	<b>34 915 €</b>	<b>21 675 €</b>
2020	1	254	20 €	5 080 €	18 886 €	13 806 €
	2	142	40 €	5 680 €	14 870 €	9 190 €
	3	30	70 €	2 100 €	2 251 €	151 €
<b>Total</b>				<b>12 860 €</b>	<b>36 007 €</b>	<b>23 147 €</b>
<b>Total Geral</b>				<b>55 740 €</b>	<b>185 311 €</b>	<b>129 572 €</b>

(\*) Informação prestada pela Autoridade Tributária e Aduaneira



----- Nos termos expostos, proponho: -----

----- 1 - Que ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, o Executivo Municipal delibere aprovar, sob a forma de proposta: -----

a) A taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2020 aos prédios urbanos; -----

b) A redução da taxa do Imposto sobre imóveis a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar; -----

----- 2 – Que as propostas sejam submetidas à apreciação da Assembleia Municipal para os efeitos previstos nos artigos 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em conjugação com as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- As deliberações da Assembleia Municipal correspondentes devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima, caso as comunicações não sejam recebidas pela Autoridade Tributária até 31 de Dezembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

**1 – Fixar em 0,3% a taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2020 sobre os prédios urbanos; -----**

**2 – Reduzir a taxa do IMI, a aplicar em 2020 para as famílias com dependentes a seu encargo, nos precisos termos constantes da tabela a que se refere o artigo 112.º-A do Código do IMI; -----**

**3 – Submeter à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro para os efeitos previstos nos artigos 112.º e 112.º-A do CIM sobre Imóveis, em conjugação com as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Anexo. -----**





### **Fixação da Participação Variável no IRS/2020**

#### **– Artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º. -----

----- De harmonia com o disposto no n.º 2 do supra citado artigo 26.º, a participação variável depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara à Autoridade Tributária (AT), até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

----- Ainda de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo a ausência da comunicação à AT ou a receção da comunicação para além do prazo estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios. Nesta situação, em conformidade com o n.º 4, ainda do mesmo artigo, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa de 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes. -----

----- Assim, considerando que a nossa situação económica e social conjuntural, o Município deve continuar a promover a fixação de pessoas no seu território; -----

----- Considerando que se deve dar sinal de que vale a pena investir e viver num concelho que procura afirmar incessantemente a qualidade de vida dos seus munícipes e apostar no presente para garantir o desenvolvimento futuro; -----

----- Considerando a situação atual de recuperação de uma crise económica que afetou o País ao longo dos últimos anos, refletindo-se gravemente nos rendimentos dos agregados familiares. -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 23 de 31 de outubro de 2019 (Reunião Extraordinária)**



----- Considerando que conforme se demonstra no mapa seguinte, a política seguida pelo Executivo de proporcionar aos seus munícipes maior conforto financeiro, de apoio às famílias aqui residentes e reforçando a coesão social, representa, nos três últimos anos, cerca de 62,8% (219.942€) do valor da receita da participação variável no IRS que o Município poderia arrecadar, que reverteu em benefício dos sujeitos passivos Penaguienses com domicílio fiscal no Concelho, atingindo 61,42% (421.017€) no ano de 2021, ano em que se reflete a taxa de participação do IRS a aprovar e que incide sobre os rendimentos de 2020; -----

Participação variável no IRS (5%) - Art.º 26.º - Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (*)								
Ano de Recebimento	Participação variável de 5%	Percentagens deliberadas / Valores				Receita do Município	Dedução à coleta líquida do IRS / Municípios	Observações
		2,5%	2%	1%	0,5%			
		(a)	(b) = 50% X (a)	(c) = 40% X (a)	(d) = 20% X (a)			
2016	126 020 €	63 010 €				63 010 €	63 010 €	
2017	112 630 €		45 052 €			45 052 €	67 578 €	
2018	111 692 €			22 338 €		22 338 €	89 354 €	
2019	111 712 €				11 171 €	11 171 €	100 541 €	
2020	111 712 €				11 171 €			
<b>Soma</b>	<b>573 766 €</b>					<b>141 571 €</b>	<b>320 483 €</b>	
2021	111 705 €				11 171 €	11 171 €	100 535 €	1)
<b>TOTAL</b>	<b>685 471 €</b>					<b>152 742 €</b>	<b>421 017 €</b>	
(*) Fonte: Leis do Orçamento de Estado								
1) Valor estimado calculado com base na média da participação de 5% nos últimos 3 anos								

----- Considerando que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou no ano transato uma participação variável no IRS de 0,5%, a incidir sobre os rendimentos de 2019, fundamentada em pressupostos idênticos aos supramencionados e que se mantêm na atualidade.

----- Assim, nos termos expostos, propõe-se ao Executivo Municipal: -----

----- 1 - Que delibere fixar a taxa de participação no IRS a que tem direito, a incidir sobre os rendimentos de 2020 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual; -----



----- 2 – Que, em caso de aprovação da presente proposta, a mesma seja submetida à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar em 0,5% a taxa de participação no IRS a que tem direito, a incidir sobre os rendimentos dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

#### **Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2020**

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/2009, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, refere que os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são as Grandes Opções do Plano e o orçamento. Nas grandes opções do plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de que fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipal) e no Orçamento é apresentada a previsão anual das receitas, bem como as despesas, de acordo com um quadro de contas. -----

----- Por sua vez, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), determina no seu artigo 46.º que o orçamento municipal inclui, para além de um relatório, os seguintes elementos: -----

1. identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----
2. mapa resumo das receitas e despesas da autarquia; -----
3. mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; -----
4. articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental; -----



5. mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente. -----

----- As autarquias locais encontram-se obrigadas pela conjugação da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que define o regime jurídico das autarquias locais com o estipulado no ponto 3.1.1 do POCAL, à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil. O POCAL e o RFAL estabelecem as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento do Município se deve submeter, designadamente os previstos no referido ponto 3.1.1 das Regras Previsionais com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e nos artigos 40.º a 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

----- Assim, constituem as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2020, o mapa resumo do orçamento, o orçamento da Receita e da Despesa, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal (Atividades Municipais mais Relevantes), o mapa de transferências de receitas do exterior e da administração central, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, embora este com carácter não vinculativo conforme justificação constante do relato orçamental, o mapa dos empréstimos e o mapa resumo das transferências para as Freguesias, no âmbito da transferência de competências de acordo com a Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, da delegação de competências em matéria de transportes escolares, e de apoios pontuais de natureza corrente e de outras, a descrição das responsabilidades contingentes, as normas de execução orçamental e o mapa das entidades participadas pelo município. -----

----- Assim sendo, considerando: -----

----- 1 - Que no uso das competências constantes do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a proposta do Orçamento. -----

----- 2 - Que de acordo com o disposto nos artigos 28º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e suas posteriores alterações, os municípios dispõem de um mapa de pessoal, o qual deve acompanhar a proposta do orçamento, e cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal; -----





----- 3 – Que da proposta do orçamento que agora se submete à apreciação do Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, constam as verbas a transferir para as Freguesias conforme acima referido. -----

----- 4 - Que de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à administração local, as despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não podem ser efetivadas sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não exceda três anos; -----

----- 5 - Que conforme dispõe a al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local; -----

----- 6 – Que o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, diploma que contempla as normas legais e disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA referida, determina que para efeitos de aplicação da al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela assembleia municipal poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

----- 7 - Que o Município contempla nos seus documentos previsionais para 2020, projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos que se prolongam para os anos económicos seguintes; -----

----- 8 - Que estão previstos fornecimentos e serviços não contemplados no Plano Plurianual de Investimentos, nem no Plano das Atividades mais Relevantes, uma vez que este é um documento facultativo à luz do POCAL, que constituem despesas de natureza corrente mas que, no entanto, se encontram incluídas nas correspondentes rubricas do orçamento da despesa corrente. -----

----- Face ao referido, proponho ao Executivo Municipal que delibere no sentido de: -----





- a) Aprovar os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2020, documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----
- b) Aprovar o Mapa de Pessoal para 2020, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, o qual acompanha a proposta de orçamento, contendo toda a informação exigível, por força do disposto nos artigos 28.º e 29.º da referida Lei e no n.º 1 do artigo 5.º do mencionado Decreto-Lei, documento cujo teor se dá aqui também por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----
- c) Que para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprove solicitar à Assembleia Municipal que esta delibere ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----
  - i) Resultem de projetos ou ações constantes do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal (Atividades Mais Relevantes); ou -----
  - ii) Os seus encargos não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----
  - iii) Que a assunção de compromissos plurianuais referidos nas alíneas anteriores e ao abrigo da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições mencionadas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----
- d) Submeter, sob a forma de proposta, os referidos documentos à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, conforme o que dispõe as alíneas a) e o), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, bem como ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho. ---



- e) Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelos respetivos órgãos municipais, deverão os mesmos documentos ser publicitados e inseridos na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD,

Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles: -----

1 – Os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2020; -----

2 – O mapa de pessoal para 2020; -----

3 – O pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii), da alínea c), do ponto 8 da proposta. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou relativamente aos pontos anteriores, a seguinte declaração de voto: -----

---- “DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), depois de analisar a proposta para o ano de 2020 do Plano de Atividades e o Plano Plurianual, venho nos termos do regimento, apresentar, como me compete, a seguinte declaração de voto: -----

----- O documento como suporte físico apresenta-se, na minha opinião, bem elaborado, com clareza, sintético como deve ser um Relatório Provisional. ----

----- Os planos apresentados procuram refletir a estratégia de gestão autárquica que o executivo municipal, do Partido Socialista, pretende adotar para o ano de 2020. Apesar de se tratar de previsões, existem presentemente dados que permitem sustentar muitas dessas previsões, como é o caso da existência de dotações tidas como já definidas, para o próximo ano de 2020. -



----- Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, nas funções gerais está por definir 55% do financiamento previsto, nas funções sociais 40% e nas funções económicas 78%. Totalizando o valor de € 2 347 500 por definir, e definidos € 3 410 469, significa que estão por definir 40.7% das verbas para a execução do Plano Plurianual de Investimentos, o que nos remete para uma capacidade de execução de 59,30%, o que na nossa opinião corresponde a uma nota de suficiente menos, uma vez que referi em declarações de voto de anos anteriores que essa média deveria situar-se nos 75%. -----

----- Relativamente ao Plano de Atividades para o ano de 2020, considerando que o valor do orçamento global previsto é de € 3 381 781, em 2019 essa previsão foi de € 3 568 992. Concluimos que vivemos uma gestão do “Status Quo”, ou seja tudo igual a anos anteriores. Como diria Lavoisier: “nada se muda, nada se perde, tudo se transforma”, se assim fosse seria um sinal positivo, no entanto, o que assistimos neste concelho, a única coisa que se transforma é a paisagem, dependendo da estação do ano. -----

----- Relativamente às despesas com Pessoal, tal rubrica continua a aumentar de forma muito significativa, analisando o último quadriénio essa despesa aumentou 20,7%, passando de € 2 454 550, em 2017, para € 2 964 750, para 2020. A lógica das coisas diz-nos se aumenta a despesa com Pessoal, deveria diminuir a despesa com a aquisição de serviços, contudo e em contraciclo, essa despesa aumenta em 10,3%, para 2020, face ao ano de 2019. -----

----- Atendendo ao exposto e de modo muito sintético, na qualidade de vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PSD), venho declarar, neste terceiro momento de avaliação, deste mandato 2017/2021, que os objetivos de gestão do Município, são manifestamente redutores, ficando ainda muito aquém das expectativas dos Municípes. -----

----- O concelho continua territorialmente a divergir fortemente do contexto onde se insere, a desertificação está na ordem do dia, verificamos um aumento ano após ano da redução demográfica, da redução de população estudantil,





*redução de população jovem, redução de população ativa, o sistema produtivo e económico permanece tão frágil e débil como na última década. -----*

*----- Chegou o momento de não retorno, os responsáveis políticos devem parar e refletir sobre o futuro deste concelho e das suas comunidades, pelo que o PSD através deste Vereador signatário, apresentou uma proposta no sentido que seja rapidamente elaborado um Plano Estratégico para o concelho de Santa Marta de Penaguião, nas dimensões Económicas e do Conhecimento, que sirva de documento de apoio à decisão para uma estratégia de médio longo prazo. -----*

*----- Pelo exposto, o meu sentido de voto será **CONTRA** a estratégia apresentada, bem como ao orçamento que lhe está associado. -----*

*----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 31 de outubro de 2019.*

*----- O Vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----*

*----- Ass: Daniel Teles." -----*

*----- O Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores do Partido Socialista, sobre o assunto em questão apresentaram a seguinte declaração de voto: -----*

*----- "DECLARAÇÃO DE VOTO. -----*

*----- Assunto: Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal 2020. -----*

*----- A elaboração dos documentos previsionais é um trabalho de programação das atividades, dos projetos e das ações, que se pretendam concretizar no ano a que dizem respeito e por isso mesmo, são previsões e nunca serão documentos rígidos e fechados. Aliás, deverão ser o mais dinâmicos possível, por forma a poderem fazer face aos imprevistos que possam surgir, nomeadamente oportunidade de novas e imprevistas candidaturas. -----*

*----- A proposta apresentada vai naturalmente de encontro às exigências do serviço e apoio público que o município deve prestar à comunidade e ao desenvolvimento sustentado do concelho como é nosso compromisso. -----*

*----- No cumprimento das exigências destacamos as despesas com o pessoal,*



*que aumentou naturalmente aquando da integração dos trabalhadores em situação de precaridade. Neste particular, realçamos o facto de o município continuar a disponibilizar 12 colaboradores ao Agrupamento de Escolas acima do que a lei obriga, e a transferência de competências na área da saúde cuja parte dos colaboradores passam a integrar o quadro de pessoal do município. Outros talvez preferissem não acolher os trabalhadores em situação de precaridade e assim não aumentariam as despesas com o pessoal, no entanto, este executivo considerou que além da melhoria nos serviços esta é mais uma forma de contribuírmos para a fixação de jovens e suas famílias no concelho. São opções. -----*

*----- No que concerne à aquisição de serviços o aumento da previsão prende-se com a assunção de novas competências nas áreas da educação e saúde, nomeadamente os encargos com as instalações que na generalidade duplicam em relação ao ano de 2019. Nas restantes verifica-se que na sua esmagadora maioria o valor da despesa baixa. -----*

*----- Por último, referir que o plano de investimentos se mantém, tendo lugar ainda este ano o lançamento de alguns projetos e outros em 2020. -----*

**Aprovar, por unanimidade, submeter as referidas deliberações, sob a forma de proposta, à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, conforme o que dispõe as alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, bem como ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----**

**Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.**

**– Mapas de Turnos ARS Norte 2019 – Emissão  
de Parecer – Ratificação de Despacho**

*----- 4 – Presente à reunião e-mail da Senhora Diretora do Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., com o seguinte teor: -----*



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 23 de 31 de outubro de 2019 (Reunião Extraordinária)**



----- “A Portaria n.º 277/2012 de 12 de setembro define o horário padrão de funcionamento das farmácias de oficina, regula o procedimento de aprovação e a duração, execução, divulgação e fiscalização das escalas de turnos, entre outros. -----

----- O n.º 2 do artigo 3.º da referida Portaria refere que “A ARS solicita, à câmara municipal territorialmente competente (CM), parecer sobre a proposta.., que deve ser emitido até ao dia 30 de outubro.” -----

----- Neste enquadramento, remetemos a V.ª Ex.ª escala de turnos referente ao Concelho que superiormente preside (em anexo), para que V.ª Ex.ª se digne providenciar pela emissão e envio de parecer para os endereços [directora.dsp@arsnorte.min-saude.pt](mailto:directora.dsp@arsnorte.min-saude.pt) e [anabela.lobo@arsnorte.min-saude.pt](mailto:anabela.lobo@arsnorte.min-saude.pt) -----

----- Sobe com informação do Senhor Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “À consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara: -----

----- “A Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., vem por correio eletrónico, datado de 24/10/2019, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012 de 12 de setembro, solicitar, à Câmara Municipal, a emissão de parecer sobre a escala dos turnos das farmácias do concelho de Santa Marta de Penaguião, para o ano 2020, conforme proposta anexa. -----

----- Considerando a data do pedido, o prazo limite para a emissão do parecer (dia 30 do corrente mês de outubro) e a impossibilidade da Câmara Municipal reunir extraordinariamente até à data limite, tendo em conta que já está agendada para o dia 31 do corrente mês de outubro uma reunião extraordinária; -----

----- Considerando que, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em circunstância excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade; -----

----- Considerando o atrás exposto, sugere-se que o Exm.º Senhor Presidente da Câmara, decida quanto ao parecer solicitado e remeta para a próxima reunião extraordinária, o respetivo despacho para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

----- O Senhor Presidente de Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, emitiu o seguinte despacho:



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 23 de 31 de outubro de 2019 (Reunião Extraordinária)**

---

----- “Comunique-se o parecer favorável e remeta-se o assunto à próxima reunião da Câmara Municipal para efeitos de ratificação,” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO**

**Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião**

----- 5 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)